

Sábado, 20 de Junho de 2026

MEC sugere novo Ensino Médio com aumento de carga horária e de disciplinas

Intenção é a de que a quantidade de horas destinadas às disciplinas básicas obrigatórias aumente

O Ministério da Educação (MEC) propôs, nessa segunda-feira (7), mudanças sobre o novo ensino médio, após a reforma ter se tornado alvo de críticas desde o início do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A intenção é a de que a quantidade de horas destinadas às **disciplinas básicas obrigatórias**, como Português e Matemática, **aumente**. A carga horária foi diminuída com o novo modelo para acomodar os itinerários formativos, que são a parte flexível do currículo.

A ideia do MEC, porém, é a de estimular o **ensino médio em tempo integral**, o que aumentaria a carga horária geral e não reduziria o espaço destinado aos itinerários necessariamente. O Presidente Lula sancionou, no fim do mês passado, um projeto de lei que pretende ampliar em um milhão o número de matrículas nessa modalidade até 2024, com R\$ 4 bilhões de repasses a estados e prefeituras.

Um primeiro relatório sobre resultados da consulta pública foi apresentado no fim da tarde desta segunda, pelo ministro da Educação, Camilo Santana.

Antes da reforma, que entrou em vigor em 2022, as três séries do ensino médio tinham 2,4 mil horas de disciplinas básicas e obrigatórias. Com a mudança, esse total passou a ser de 1,8 mil horas e o restante (1,2 mil horas) foi destinado à carga flexível, em que os alunos escolhem trilhas conforme seu interesse, totalizando um máximo de 3 mil horas. A ideia agora é de não limitar mais a carga horária.

Da forma que acontece atualmente, mesmo que as escolas tenham tempo integral, as disciplinas básicas continuavam limitadas a 1,8 mil horas, o que muitas vezes equivale a 30% do currículo.

O MEC ainda discute as mudanças e não tem um modelo pronto ou proposta de minuta fechada. O relatório vai agrupar sugestões que foram feitas durante a consulta pública, que acabou no início de julho.

Apesar de o governo dizer que não fará uma revogação do modelo - como reivindicado por parte das entidades, incluindo algumas de esquerda -, a intenção é que o novo ensino médio seja mudado por meio de um projeto de lei, com regulamentações futuras.

CARGA HORÁRIA

A redução da carga horária de disciplinas básicas tem sido reclamação constante de estudantes que veem prejuízos à preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (**Enem**). A prova não mudou e continua a cobrar apenas as matérias obrigatórias do currículo. Um aumento do tempo destinado às disciplinas da formação básica é consenso também entre secretários de Educação e especialistas que participaram da consulta feita pelo MEC.

O ministro Camilo Santana também já se referiu à redução da carga horária de matérias como Português, Matemática, História e Biologia como "equivocado". Com a reforma, elas representam hoje cerca de 60% do tempo do aluno na escola.

O documento foi elaborado no último mês com base nas sugestões recebidas pelo ministério em consulta pública que ouviu 75,5 mil alunos, professores e gestores pela internet e realizou seminários com especialistas. Após pressões para revogar o ensino médio, Camilo havia anunciado a paralisação do cronograma, determinando que o Enem de 2024 permanecesse o mesmo

Durante a consulta pública, que terminou o início de julho, secretários da educação pediram também que o Enem passasse a cobrar também questões ligadas aos itinerários formativos.

"Ainda que haja um processo de construção que siga por 2025, 2026, até que cheguemos a um ponto de maturidade, não abrimos mão da defesa de que já em 2024 tenhamos um Enem que não contemple apenas a formação geral básica, mas no seu segundo dia também os itinerários", disse o presidente do conselho de secretários estaduais de educação (Consed), Vitor de Angelo. A ideia, segundo ele, é utilizar o que os itinerários têm em comum para a avaliação.

MAIS ESPAÇO PARA O ENSINO TÉCNICO

Críticos da reforma também apontam que ela ampliou a desigualdade entre redes públicas e privadas, além de problemas nos itinerários formativos criados - que não tiveram qualquer direcionamento do MEC - tanto pela qualidade quanto pelo fato de a escolha dos alunos não ser efetivada em vários lugares.

O Consed também defende que haja no País uma espécie de base dos itinerários formativos, ou seja, um direcionamento maior de como a parte flexível do currículo deve ser oferecida. Pelo modelo implementado, as redes de ensino têm liberdade para definir os itinerários formativos, o que levou a críticas sobre falta de qualidade.

Segundo o estudo do Centro Lemann na Universidade de Stanford (EUA), intitulado Policy Review: Insumos para a reforma do Ensino Médio, países desenvolvidos têm currículos flexíveis, mas as opções de escolha são reduzidas. Em geral, no exterior, são duas ou três trilhas possíveis para o adolescente escolher, que incluem um caminho mais acadêmico e outro técnico profissional, como na Finlândia, em Portugal e na Austrália.

A pesquisa mostra ainda que essas nações investem fortemente para que o alunos curse o ensino profissional e tecnológico junto com o médio. No Brasil, só 10% dos alunos estão nessa modalidade, quando a taxa é de 68% na Finlândia e de 49% na Alemanha. O técnico é hoje uma das opções de itinerários que podem ser oferecidas no novo ensino médio brasileiro e algo que o MEC também deve fortalecer em sua proposta.

A proposta de aumentar o teto da carga horária de disciplinas básicas e de dar mais direcionamento aos itinerários segue em linha também com o que pedem organizações ligadas à área, como o Todos Pela Educação e de pesquisadores do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP) por meio da cátedra Instituto Ayrton Senna.